

Contributo para o Acordo Ortográfico

Exma. Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

Na sequência da vossa solicitação, apresentamos o nosso contributo escrito para a reflexão conjunta relativa à aplicação do Acordo Ortográfico.

A posição que apresentamos enquadra-se no papel que na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo desempenhamos: docente com responsabilidades na formação inicial e contínua de professores de 1º e 2º. ciclos. Formamos os primeiros professores de língua materna que os alunos portugueses recebem. Este parece-nos ser argumento bastante para que a questão do Acordo Ortográfico nos envolva.

Pauta-se a nossa posição por um eixo racional que se concretiza em medidas pragmáticas e pedagógicas.

Foi neste sentido que desde 2009 impulsionámos e facilitámos o processo de formação dos docentes para a aplicação do Acordo Ortográfico, seguindo, sempre, as orientações que a nível oficial eram transmitidas aos agentes com responsabilidades educativas. As informações recebidas eram de que o Acordo Ortográfico iria entrar em vigor nas escolas portuguesas em 2012 e como tal havia que preparar os professores para a sua implementação, identificando e compreendendo as mudanças operadas, usando-as e procurando estratégias e recursos que propiciassem a sua aplicação competente e adequada. Os professores envolveram-se em tarefas didáticas e pedagógicas de conhecimento de todos os critérios e linhas que norteiam a implementação do Acordo, de preparação da sua ação com estratégias e recursos diversificados, adaptados aos diferentes níveis etários das crianças abrangidas, do mesmo modo se chamaram Encarregados de Educação a participar em jornadas de formação. A Escola funciona como o espaço ideal de divulgação de novidades e mudanças, como é o caso do Acordo Ortográfico, às gerações mais jovens e, por osmose, a toda a sociedade.

Apesar do grande impacto e discussão que a adoção do Acordo Ortográfico teve na sociedade portuguesa (intensa movimentação de personalidades de diferentes setores com reações quase sempre emotivas) o acordo Ortográfico foi-se impondo nas salas de aula, nas escolas, nos manuais

escolares, nos textos científicos, nas universidades, nos meios de comunicação escrita, sem grandes ruídos ou quezílias. Não nos parece razoável voltar atrás.

Reconhecemos e percebemos algumas fragilidades. Um Acordo Ortográfico deve resultar de uma norma constituída por regras objetivas que todos seguem e como tal, não deixam dúvidas de aplicação, tem de ser um instrumento de normalização linguística ortográfica. Verifica-se, no entanto, que o Acordo enforma de algumas exceções que se traduzem em “regras facultativas”. Vejamos alguns casos, o uso facultativo da maiúscula ou minúscula, por exemplo, nas formas de tratamento e cortesia: *dr. Álvaro* ou *Dr. Álvaro*; nos domínios do saber: *literatura portuguesa* ou *Literatura Portuguesa*; o uso de algumas situações de acentuação gráfica, na flexão do presente do conjuntivo: *dêmos* ou *demos*, na flexão do pretérito perfeito do indicativo: *ontem cantámos* ou *ontem cantamos*. São situações desta natureza que caracterizam alguns dos problemas e insuficiências de aplicação. Quando um aluno pergunta: *como se escreve?* A resposta tem de ser óbvia, e nem sempre é. Não se pode responder: *depende da forma como falas* ou *pode ser assim ou assim*. A presença destas “facultatividades” pautam o Acordo com inconsistências, criam obstáculos ao ensino das mesmas, e dão espaço a críticas desconstrutivas.

Não recusamos o Acordo, até porque a Língua Portuguesa não perde a sua essência numa norma ortográfica. A ortografia é um código convencional que representa a língua escrita e por isso deve ser válido para toda a lusofonia. Não interfere com as variedades linguísticas que irão continuar porque ao serviço do pulsar da multiculturalidade do espaço lusófono.

O caminho faz-se caminhando, evitando tropeções ou se caso for disso, corrigindo-os. Defendemos por isso uma revisão de algumas das bases que configuram maiores debilidades.

Viana do Castelo, 26 de fevereiro de 2013

Gabriela Barbosa, Ph.D.

Escola Superior de Educação

Instituto Politécnico de Viana do Castelo